

# ÍNDICE

I — A FILOSOFIA DO DIREITO .....	15
1. Uma questão de consciência.....	15
2. Método e didática .....	16
3. Os temas .....	17
4. Exercícios .....	18
II — A LIBERDADE.....	26
1. Introdução.....	26
2. Questão de método .....	27
2.1. O super-homem e a transcendência: fixação de questões-problemas .....	27
2.2. Como mostrar o “fenômeno da liberdade” num texto? .....	29
2.3. Que é “mostrar” o fenômeno existencial na obra literária.....	31
3. A liberdade, a fenomenologia e o existencialismo .....	36
3.1. Questão preliminar .....	36
3.2. Coletando “dados” .....	38
3.2.1. Kierkegaard, o dinamarquês misterioso e crente em Deus .....	39
3.2.1.1. Uma pesada existência .....	39
3.2.1.2. A angústia, a dúvida, o salto para a fé.....	41
3.2.2. Santo Agostinho: o Bispo de Hipona.....	46
3.2.2.1. Pensador existencialista.....	46
3.2.2.2. A angústia, a dúvida, a revelação (o salto para a fé).....	47
3.2.2.3. A fé e a razão.....	51
3.2.3. Husserl .....	52
3.2.3.1. O “ambiente” para a fenomenolo- gia e seu nascimento.....	53

3.2.3.2. A intencionalidade .....	56
3.2.3.3. A redução fenomenológica .....	62
3.2.3.4. A redução eidética .....	63
3.2.4. Jaspers .....	68
3.2.4.1. A coragem de tentar compreender o ser humano .....	68
3.2.4.2. A transcendência e a liberdade.....	70
3.2.5. O polêmico Heidegger.....	74
3.2.5.1. Um filósofo em busca do sentido do Ser .....	75
3.2.5.2. O ser humano: um ente privilegiado.	80
3.2.5.3. A liberdade e a essência da verdade	81
3.2.6. Sartre.....	87
3.2.6.1. Um pensamento engajado .....	88
3.2.6.2. As influências .....	90
3.2.6.3. O ser, o herói, a liberdade e o nada	91
3.2.6.4. A consciência .....	99
3.2.6.5. Determinação e liberdade.....	104
4. Conclusões.....	107
5. Exercícios .....	109
<b>III — PODER POLÍTICO, LEGITIMIDADE E ESTADO DEMOCRÁTICO .....</b>	<b>119</b>
1. Direito e democracia.....	119
2. Os tipos de domínio legítimo segundo Max Weber...	120
2.1. O tipo ideal .....	120
2.2. Domínio e poder.....	122
2.3. Os três tipos de domínio legítimo.....	126
2.3.1. O domínio tradicional .....	127
2.3.2. O domínio carismático .....	130
2.3.3. O domínio legal.....	135
3. Estado Democrático de Direito .....	146
4. Conclusões.....	156
5. Exercícios .....	157
<b>IV — A FINALIDADE DA LEI.....</b>	<b>163</b>
1. Direito e democracia real .....	163

1.1. Informações preliminares .....	163
1.2. A influência da lei na sociedade .....	164
1.2.1. Questões antigas .....	164
1.2.2. Lei, instrumento de ação do Estado .....	164
1.2.3. Evolução histórica da finalidade da lei ....	166
1.2.4. A criação da lei e sua eficácia.....	170
2. As forças sociais que atuam sobre a legislação.....	177
3. A finalidade da lei — um caso norueguês e um brasileiro.....	184
3.1. A lei norueguesa .....	184
3.2. A lei brasileira.....	200
4. Conclusões .....	204
5. Exercícios.....	205

V — A INTUIÇÃO COMO CONSCIÊNCIA .....	211
1. Introdução .....	211
2. O termo “intuição” .....	213
2.1. As palavras da intuição .....	213
2.2. Lugar comum.....	214
2.3. A resistência .....	215
2.4. O preconceito.....	216
2.5. Conclusão desta parte .....	217
3. A memória e o espírito.....	217
3.1. Fundamentos.....	217
3.2. Erros de interpretação .....	218
3.3. A consciência e o inconsciente .....	223
4. A percepção e a matéria. A alma e o corpo.....	234
4.1. Resumo do tópico anterior.....	234
4.2. O movimento em si é indivisível .....	236
4.3. O movimento é real.....	239
4.4. É artificial a divisão que é feita da matéria em corpos independentes, de contornos determinados.....	239
4.5. O movimento real é o transporte de um “estado”	242
4.6. A união entre a alma e o corpo .....	245
5. Relatos de casos de experiência intuitiva.....	247
6. O conceito de intuição na doutrina em geral.....	254

6.1. Dificuldade da definição .....	254
6.2. Etimologia.....	255
6.3. Classificação variada.....	255
7. O conceito de intuição: nossa proposta.....	266
7.1. Presente, passado e futuro.....	266
7.2. A experiência .....	267
7.3. O futuro.....	269
7.4. A intuição de duração .....	271
7.5. Três tipos de intuição .....	278
7.5.1. A intuição de reconhecimento atento .....	278
7.5.2. A intuição de resistência.....	282
7.5.3. A intuição heurística.....	283
7.5.4. Conclusão sobre os tipos de intuição.....	286
8. O exame dos casos narrados: “funcionamento” da intuição .....	287
8.1. 1º caso .....	287
8.2. 2º caso .....	290
8.3. 3º caso .....	291
8.4. 4º caso .....	292
8.5. 5º caso .....	293
8.6. 6º caso .....	295
8.7. 7º caso .....	295
9. Conclusão.....	298
10. Exercícios.....	301
VI — A INTUIÇÃO E O DIREITO: UM NOVO CAMINHO. ....	305
1. O Direito no quadro das ciências .....	305
1.1. Intuição como instrumento .....	305
1.2. O Direito que se apresenta na escola: a técnica ..	306
1.3. A linguagem da Ciência do Direito .....	310
1.4. A natureza da norma jurídica.....	312
1.5. O sistema jurídico .....	314
1.6. A interpretação.....	315
1.7. A Ciência do Direito.....	316
2. A intuição e o Direito: um novo caminho .....	322
2.1. Preliminar.....	322
2.2. Os limites da Ciência do Direito.....	322

2.3. O método intuitivo .....	326
2.4. Espírito humano e social.....	334
3. Conclusão.....	336
4. Exercícios.....	338
<b>VII — A PENA DE MORTE.....</b>	<b>343</b>
1. Direito e (pena de) morte.....	343
2. Pena de morte e sanção.....	344
3. A motivação.....	348
4. O rebaixamento do Direito .....	349
5. O mito do plebiscito .....	350
6. Ineficácia da pena .....	351
7. Aspectos constitucionais .....	351
8. Exercícios .....	354
<b>VIII — A JUSTIÇA .....</b>	<b>358</b>
1. O problema da Justiça e o Brasil.....	358
2. Justiça como virtude .....	364
3. Justiça e igualdade .....	367
4. O problema da lei justa .....	368
5. Justiça e vontade .....	370
6. Justiça real e equidade .....	373
7. Os princípios .....	377
7.1. Comando maior .....	377
7.2. Razão ético-jurídica-universal.....	381
7.3. Os princípios constitucionais .....	384
7.4. O princípio da dignidade da pessoa humana ...	387
7.4.1. Princípio fundamental .....	387
7.4.2. Mas que vem a ser dignidade?.....	389
7.4.3. A aplicação concreta do princípio consti- tucional da dignidade da pessoa humana ..	393
8. A interpretação do sistema jurídico .....	396
9. Provas da equidade .....	400
9.1. Caso n. 1 .....	400
9.2. Caso n. 2 .....	402
9.3. Caso n. 3 .....	404
9.4. Caso n. 4 .....	406

10. Um método para fazer justiça no caso concreto.....	408
10.1. Qualquer método.....	408
10.2. O método intitulado “princípio da proporcionalidade” .....	409
10.3. O “método” intuitivo.....	412
10.3.1. O movimento.....	412
10.3.2. O presente.....	414
10.3.3. A duração .....	416
10.3.4. A intuição .....	419
10.3.5. O método intuitivo.....	420
11. Técnicas para aplicação da justiça: opções para o julgador agir visando a uma decisão justa.....	422
12. O papel do julgador.....	431
12.1. Nosso sistema legal .....	431
12.2. O bom-senso .....	432
12.3. Questão de método.....	433
12.4. Qual a causa? .....	434
12.5. A análise: controle e alienação .....	435
12.6. Papel social.....	440
12.7. Tomada de consciência .....	443
12.8. Conclusão.....	447
13. Exercícios .....	448
IX — DIREITO E LITERATURA.....	461
1. Introdução.....	461
2. Investigação .....	463
3. O paradoxo .....	464
4. A boa-fé do alienista.....	465
5. A alienação do alienista.....	469
6. O desprezo e a má-fé do alienado.....	473
<i>Bibliografia</i> .....	479